

2. Evaluación Institucional, Planeamiento Estratégico y Gestión Universitaria

Permanência estudantil: atos políticos de resistência dos discentes na Universidade

Bertolo, Sara Manzini; Campos, Douglas Aparecido de (orientador);

sarambertolo@gmail.com; profdouglas.eg@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Este trabalho é um recorte da Iniciação científica: As dificuldades de permanência dos estudantes na universidade. O presente estudo qualitativo tem por objetivos identificar e discutir a Permanência estudantil e os atos políticos de resistência dos discentes na universidade por meio dos referenciais teóricos de Boaventura de Sousa Santos e Dyane Britos Reis Santos. Investigamos os principais fatores que promovem risco no cotidiano e dificultam a permanência dos estudantes. Os instrumentos metodológicos utilizados foram diários de campo, entrevistas, análise documental e fotografias de pichações nos muros da instituição. Temos como pressuposto a presença da crise de hegemonia institucional e de legitimidade que impactam diretamente o ingresso e a permanência dos estudantes nas universidades públicas devido as exigências do capitalismo frente às instituições. Isso provoca um desequilíbrio institucional que afeta o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, além da gestão. Destacamos dois atos políticos: de pichações e de resistência. O primeiro expressa as falas ou situações que são ou estão sendo negadas nos espaços democráticos da sociedade, no nosso caso, na universidade, como também podem expressar falas de ódio, preconceitos, discriminações. O segundo, o ato dos discentes de permanecerem na universidade é mais uma das formas de resistência diante de todas as formas de exclusão enfrentadas na trajetória universitária dos mesmos. Os resultados demonstraram que os discentes vivenciam ausência de capital financeiro, sofrimento de discriminações e/ou preconceitos e estes fazem parte da metodologia opressora e não democrática embutida nos atos de governança neoliberalista na instituição.

Palavras-chave: Permanência Estudantil, Atos Políticos, Resistência, Pichações.

Introdução

Crise nas universidades públicas: exigências neoliberais do capitalismo às instituições

A Educação Nacional Brasileira vivência uma série de modificações de fundo político-econômico, além das do fundo acadêmico, científico, metodológico, pedagógico e didático. Esse fenômeno vem se intensificando por conta da crise política nacional ampliada pela crise econômica e por políticos não diretamente eleitos e o conluio desses com os demais da mesma classe no âmbito das casas do congresso. Especificamente na Educação Superior, que é o nosso foco, e, ao contrário do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais dos governos anteriores que lançaram uma discussão nacional e que tinha como pano de fundo o objetivo de abrir as universidades para as classes ditas populares, atualmente, o governo lança medidas de mudanças por meio ditatorial, sem a mínima consulta nacional, de forma direta no sentido vertical, de cima para baixo, desconsiderando e desrespeitando todos os envolvidos nos processos democráticos anteriores de criação e discussão dos caminhos que se quer para a Educação Nacional.

As atitudes de adesão às propostas governamentais aliadas a diminuição de verbas para a Educação

ocasionam um verdadeiro desmonte das universidades nacionais públicas com o vislumbre de um retorno ao passado onde apenas os ricos detinham a oportunidade de acessar e permanecer nas universidades. Caracterizado por um fenômeno de fortificação (Santos, 2010) do neoliberalismo apoiado no capitalismo e tem a colonialidade (Quijano, 2010) como aliada, uma vez que, ela contribui para a hegemonia de poder, pois:

A COLONIALIDADE É UM DOS ELEMENTOS construtivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal . . . (Quijano, 2010, p. 84).

Em consequência, nas últimas décadas o Ensino Superior enfrenta a crise de hegemonia, a crise institucional e a crise de legitimidade (Santos, 2012). Estas impactam diretamente as políticas públicas: na democratização e na universalização do acesso ao Ensino Superior das classes menos favorecidas, as classes populares (Campos, 2015).

A crise de hegemonia é resultante do confronto das funções tradicionais da universidade, como a produção de conhecimento e cultura à elite em virtude da produção de conhecimento para

atender as exigências do capitalismo. Do mesmo modo a Educação como finalidade de desenvolver pessoas qualificadas para as exigências neoliberais do mercado de trabalho (Santos, 2012).

As reivindicações do capitalismo fazem com que a universidade entre em crise institucional, ou seja, perca: a sua autonomia e se submeta a produtividade e eficiência empresarial; a responsabilidade social (Santos, 2012). Assim nela se instaura sutilmente a crise de legitimidade sendo que esta é

. . . provocada por el hecho de haber dejado de ser la universidad una institución consensual, frente a la contradicción entre la jerarquización de los saberes especializados por un lado, a través de las restricciones del acceso y certificación de las competencias, y por otro lado, por las exigencias sociales y políticas de la democratización de la universidad y la reivindicación de la igualdad de oportunidades para los hijos de las clases populares. . . . (Santos, 2012, p. 140).

Desse modo, essas crises provocam um desequilíbrio institucional que afeta o Ensino, a Pesquisa, a Extensão, além da gestão, que impacta e agrava diretamente a permanência dos estudantes nas universidades públicas, devido as demandas do capitalismo frente às instituições.

Permanência estudantil no Ensino Superior

No momento atual, a permanência estudantil universitária é um direito garantido por lei, pois é uma consequência das lutas realizadas e em percurso por órgãos sociais e políticos como: movimentos estudantis, movimentos sociais, Plano Nacional de Assistência Estudantil, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, Programa Nacional de Assistência Estudantil, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, entre outros órgãos.

Segundo Dyane Britos Reis Santos (2009), Permanência, Permanência Material e Permanência Simbólica são conceitos diferentes e complementares e estão diretamente ligados à presença e continuidade dos discentes nas instituições de Ensino Superior e que podem possibilitar, quando garantidos e efetivos por políticas públicas e ações institucionais nas universidades uma mobilidade social aos alunos.

Segundo Santos (2009, p. 68), permanência denota duração e transformação, “. . . é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras”. Portanto, o tempo ou duração representa o período que o estudante utiliza para realizar o curso e

adquirir conocimientos para se transformar. Para la misma autora, esse conceito no contexto universitário também está ligado às denominações de Kant de tempo, simultaneidade e sucessão (Santos, 2009).

A simultaneidade se relaciona com a possibilidade de alterações do futuro, principalmente dos alunos oriundos das classes populares e de inserção na universidade pelas cotas sociais e raciais. Dessa forma, quando esse aluno adentra na universidade, a sua trajetória se torna reconhecida em sua comunidade, o que pode influenciar positivamente outros jovens a almejem o ingresso ao Ensino Superior. A simultaneidade representa “. . . “eu existo no outro”. . .” (Santos, 2009, p. 70). Por fim, a sucessão ou pós-permanência está coligada a possibilidade do discente de continuar sua formação em cursos de pós-graduação (Santos, 2009).

Santos (2009) sinaliza que essas três dimensões Kantianas estão correlacionadas para o que ela denomina de Permanência Material. Esta está relacionada com as condições materiais existentes na Universidade. Para a mesma autora, a Permanência Simbólica descende das condições simbólicas existentes na instituição. Esta está relacionada a uma possível identificação, reconhecimento e pertencimento do estudante aos grupos da instituição.

Nesse sentido, consideramos que a permanência é caracterizada pela correlação entre duração e (trans)formação. A duração é o tempo destinado pelo discente na sua trajetória universitária e (trans)forma-o devido as suas experiências, vivências, diálogos nos diversos ambientes sociais – universidade e comunidade. No âmbito universitário, pode-se dizer que ela é frágil, pois quando dizemos que é caracterizada por duração, sinalizamos a existência de uma linha tênue de inclusão e exclusão. A primeira, em razão que os estudantes diante das várias dificuldades de permanência resistem, e a segunda, quando os mesmos evadem.

Assim, ao nosso ver, as permanências simbólicas e materiais estão correlacionadas. Perpassam todos os âmbitos universitários, em vista das mobilizações dos grupos sociais e políticos, de assistência estudantil, que buscam formas de auxiliar e garantir a permanência dos estudantes por meio de lutas físicas e burocráticas para amenizar as dificuldades encontradas por eles e conseqüentemente evitar as suas evasões. Quando essas lutas não são sucedidas podem provocar, impactar e agravar a permanência dos discentes nas universidades públicas, principalmente os de alta vulnerabilidade social.

A permanência material está intrinsecamente ligada ao capital

financeiro e o que ele pode proporcionar, auxiliar e facilitar na vida do estudante, desde a ausência de preocupação com o financiamento de sua própria moradia como pagamento de aluguel, água, energia elétrica, alimentação, transporte, roupas, assistência à saúde; até os benefícios de aquisição de materiais para a sua formação profissional e humana como xerox, livros, eletrônicos, inscrições em congressos, conferências, cursos, entres outros; e que também pode proporcionar os momentos de lazer como viagens e retorno para a cidade de sua residência.

A permanência simbólica está ligada ao ser humano, se refere as suas particularidades individuais. Perpassa as relações exteriores que são as interações que o outro faz com o outro ser humano e isso, muitas vezes impacta não apenas na sua trajetória na universidade, mas na sua vida. Na universidade, observamos que essas relações são agravantes, vistas as relações hierárquicas existentes e que estão relacionadas aos discentes de alguma forma, como relação docente-discente, técnicos administrativos-discente, discente-discente, as quais impactam diretamente na vida dos alunos diante das exclusões, na presença de alguma forma de discriminação por pertencer a um determinado grupo social, ter um determinado: gênero, etnia, filosofia, religiosidade de vida, deficiência,

entre outros, e que impactam diretamente na vida do sujeito diante de si e da relação do outro consigo.

Dessa forma, neste artigo questionamo-nos: quais são as dificuldades de permanência dos estudantes na universidade? Como as dificuldades de permanência são enfrentadas pelos estudantes na universidade?

Objetivos

Identificar e discutir o fenômeno nomeado permanência estudantil e os atos políticos de resistência dos discentes na universidade.

Materiais e Métodos

A metodologia empregada no estudo buscou identificar e discutir o fenômeno nomeado permanência estudantil universitária e os atos políticos de resistência, com foco na história de vida e trajetória acadêmica dos sujeitos no interior da universidade, por meio das epistemologias (Santos, 2010) que cada um traz e que começam a influenciar no cotidiano e no interior da universidade.

Apoiamos este estudo na pesquisa qualitativa que “. . . trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes . . .” (Minayo, 2009, p. 21)

humanas, a qual embasaremos na tradição verstehen (hermenêutica) em que a “abordagem parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.” (Patton, 1986, como citado em Alves, 1991, p. 54).

De acordo com Patton (1986) como citado em Alves (1991, p. 54) a pesquisa qualitativa é caracterizada por três abordagens: a visão holística, a abordagem indutiva e a investigação naturalística. Para a nossa prática escolhemos utilizar a abordagem holística que “parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto.” (Patton, 1986, como citado em Alves, 1991, p. 54).

Assim, a construção histórica dos conhecimentos, das relações humanas é uma teia de inter-relações que acontecem na sociedade. A Universidade faz parte disso e é um instrumento que reflete as contradições sociais, e que ao mesmo tempo preza por diminuí-las por meio de estudos e pesquisas dos fenômenos. A permanência estudantil universitária é um desses fenômenos e vai além dos muros das universidades, uma vez que ela tem inter-relações com fatores, simbólicos e

materiais, que perpassam na vida dos sujeitos que adentram a universidade, que estão em processo de formação e os que estão formados como pós-graduandos e demais comunidade.

Na pesquisa, foram utilizados diários de campo, entrevistas, análise documental e fotografias como instrumentos metodológicos. Os procedimentos metodológicos foram pesquisas e análises bibliográficas, envio do projeto à comissão de ética, registros no diário de campo, registros fotográficos, convite à comunidade acadêmica para participar da pesquisa, entrevistas, análises, escrita da pesquisa.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas em bases de dados como SCIELO, google acadêmico, entre outras. O diário de campo foi um caderno de anotações utilizado a medida na qual a pesquisadora convivia com e observava o fenômeno da permanência estudantil. O envio do projeto de pesquisa à Comissão de Ética da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, aconteceu por meio da Plataforma Brasil no site: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> e recebeu o número 60274016.5.0000.5504 no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE com o título “As dificuldades de permanência dos estudantes na universidade”, seguida de aprovação em 08 de fevereiro de 2017 mediante

mudanças solicitadas pela Plataforma Brasil. O convite aos possíveis interessados em participar da pesquisa fora realizado por meio de cartazes afixados em diversos ambientes da universidade – UFSCar e pelo contato direto da pesquisadora com a comunidade discente universitária.

Antes do início da entrevista, a pesquisadora informou aos participantes sobre o conteúdo e objetivos da pesquisa, foi-lhes perguntado se gostariam de participar e o consentimento foi devidamente formalizado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressaltou-se os objetivos e possíveis consequências e a segurança – garantia de anonimato e sigilo de dados, de não ser divulgado nomes, endereços e demais dados dos participantes. As entrevistas duraram entre 20 e 40 minutos e foram gravadas em aparelho celular. Posteriormente, foram transcritas para análise.

A análise documental foi categorizada em formal e informal. Os documentos formais são de caráter público e origem administrativa da universidade como ofícios, memorandos, entre outros, sendo o conteúdo referente a questões sobre a permanência dos estudantes. Os documentos informais são os confeccionados e publicados pela comunidade acadêmica de modo geral e que costumeiramente são organizados em

folhetos, manuscritos, cartões, dentre outros. Os documentos coletados de pichações nos muros da universidade por meio do instrumento fotografias possibilitaram a captação de informações referentes a permanência estudantil.

Em suma, as observações e reflexões durante o processo de coleta dos dados por meio do diário de campo, entrevistas, análises documentais e fotografias auxiliaram na fundamentação das análises da rotina dos discentes que vivenciam as dificuldades de permanência e que expressam seus atos políticos de resistência para garantia de seus direitos.

Resultados e Discussão

A investigação permitiu conhecer as dificuldades de permanência vivenciadas pelos estudantes nesta universidade e seus atos políticos de resistência para permanecer. Os dados coletados foram selecionados, analisados e categorizados. Portanto, para compreender a realidade social dos entrevistados apresentaremos e discutiremos os dois principais fatores de risco: capital financeiro e preconceito e/ou discriminação, bem como que os mesmos lidam com esses fatores, quer dizer, quais são suas formas de resistência para permanecer na universidade. Ressaltamos que é importante não generalizar as análises das categorias e

não as considerar ou julgar como verdade absoluta destinando-as para todas as outras instituições.

A pesquisa de caráter qualitativo aconteceu com uma pequena amostra de oito participantes para um universo de aproximadamente dez mil alunos (Universidade Federal de São Carlos [UFSCar], 2017). Realizamos entrevistas com esses participantes, os quais foram identificados de entrevistados: “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “H”.

Os discentes escolhidos foram/são dos cursos das áreas de biológicas, exatas, humanas. Eles fazem parte dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Educação Especial, Enfermagem, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Psicologia, Química e Terapia Ocupacional. Nasceram entre os anos de 1993 a 1998 e ingressaram no Ensino Superior entre 2013 e 2016. Dos participantes 25% são de cursos noturnos e 75% de cursos integrais, 0% de cursos diurnos e Educação à distância.

Eles fizeram/fazem parte de alunos das camadas populares, pois todos cursaram o ensino público e ingressaram na universidade por meio de reserva de vagas/cotas, exceto o participante “E” que não disse se frequentou o ensino público, por outro lado ingressou por transferência externa do curso de Terapia Ocupacional.

Além disso, 62% moram na moradia UFSCar e 38% em casa ou apartamento.

Atos políticos de pichações e de resistência na universidade.

No presente contexto, a política, as leis, os direitos e os deveres que regem as ações e os documentos oficiais são pautados na democracia. A Universidade, órgão governamental e público, é composta por grupos sociais e recebe em seus ambientes os engajamentos políticos deles. Desse modo, ter os conhecimentos das leis, direitos, deveres, e atuação política é essencial para fomentar a transformação das estruturas saudosistas e excludentes no interior da universidade.

Diante disso, o atuar político dos grupos, por meio do diálogo e construção dos saberes entre as fronteiras universitárias possibilitam a produção de conhecimentos que podem identificar, caracterizar, mapear, analisar, discutir as formas de exclusão dentro da instituição, com o intuito de criar medidas e ações na própria para sua diminuição.

Assim, apresentamos os atos políticos de pichações e resistência no interior da universidade. Ressaltamos que as pichações, podem ter sido feitas pelos membros da comunidade interna e externa da universidade. Elas expressam as falas ou situações que são ou estão sendo negadas nos espaços democráticos da sociedade, como também podem

expressar falas de ódio, preconceitos, discriminações. Enquanto que o ato de permanecer na universidade é uma das formas de resistência diante de todas as formas de exclusão enfrentadas na trajetória universitária dos discentes.

Sinalizamos que as pichações muitas vezes falam por si mesmo e foram dados que sempre nos provocam reflexões. Vemos mensagens pintadas e impressas nas paredes que sugerem: desabafos, sonhos, delações, opressões, inconformismos, enaltecimentos, convocações e tantas outras reflexões e avisos que nos perturbam como usuários e criadores da universidade. Assim, destacamos algumas fotografias dentro do nosso foco que se relaciona com a permanência estudantil.

As figuras são imagens fotográficas das pichações localizadas principalmente nas paredes: da Área de Convivência Sul denominada de Palquinho pelos estudantes, espaço que transita diversas pessoas da comunidade interna do campus e externa; do departamento de Artes e Comunicação; do Teatro de Bolso.



Figura 1. Paredes com os dizeres “Permanência estudantil é um direito! Não um favor!”

Na Figura 1, a mensagem da fotografia denota a importância da permanência dos estudantes na universidade. A consciência de que mais que um direito é garantia ou deveria ser garantia, porque se há a pichação existe por de trás uma denúncia de que parece que não é bem assim, ou seja, está sendo necessário protestar publicamente na parede para alertar e conscientizar aquele que ingressa na universidade de que é preciso fiscalizar o direito.

Segundo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010) a permanência estudantil está ligada a dez áreas da assistência estudantil, sendo elas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Quando pensamos sobre a moradia e a permanência estudantil nota-se que os grandes desafios encontrados pelos discentes estão relacionados ao capital financeiro, ter dinheiro para a manutenção do imobiliário e dos demais serviços como aluguel, água, energia elétrica, IPTU, gás, mobiliário. Quando

esse dinheiro provém dos programas de permanência da universidade, nota-se um medo do estudante com o atraso do pagamento, da defasagem do valor, o que gera uma insegurança como a preocupação de que no próximo mês ele terá dinheiro para continuar na universidade e isso pode implicar no seu desempenho acadêmico por causa da sua saúde mental, que está frágil, devido à falta de concentração, medo, preocupação, insegurança. Como observamos na fala do entrevistado “C”:

. . . a bolsa tá atrasada. . . . É fora isso, acho o que mais a gente fica com medo que a qualquer momento éé...muito difícil você se concentrar para estudar se você fica pensando “Nossa minha bolsa! Como que eu vou ficar aqui? Como que eu vou comer? Onde eu vou morar?”. . . (Entrevistado “C”, 2017).

Notamos que a instabilidade político-econômica como: os cortes nos investimentos públicos em todas as instâncias como na permanência estudantil, tem gerado preocupação, medo, ansiedade nos estudantes, principalmente de alto grau de vulnerabilidade social, que dependem desses investimentos para permanecer.

O fator alimentação também está relacionado ao capital financeiro. O estudante necessita se alimentar e os programas de permanência fornecem bolsa alimentação, isto é, tiquete

alimentação para refeições do almoço e do jantar, assim como, cestas básicas em alguns períodos do ano como o recesso. Na UFSCar, os estudantes por meio de manifestações e ocupações, reivindicaram melhorias e conseguiram uma bolsa chamada café da manhã. Diante disso, nota-se que as refeições, almoço e jantar, fornecidas pela universidade ainda são insuficientes aos estudantes, como vemos presente na fala do entrevistado “B” (2017), “. . . quando o RU serve alguma comida e tá intragável. . . . faz eu querer desistir, . . . tem auxílio alimentação, bolsa café da manhã depois da Ocupação, e sempre atrasa.” (Entrevistado “B”, 2017).

Ao encontro dessa situação observa-se as Figuras 2 e 3, intituladas respectivamente, “e Se a FOME NÃO FOR só ESTÉTICA?” e “A fome não tem Idade”.



Figura 2. Parede com os dizeres “e Se a FOME NÃO FOR só ESTÉTICA?”



Figura 3. Parede com os dizeres “A fome não tem Idade”

Parece-nos que a não ingestão de alimentos não acontece por causa do padrão estético de beleza – magreza, sinalizado como belo pelas mídias e culturas da sociedade moderna. As pichações nos sinalizam que esse pode não ser o real motivo, mas possivelmente a falta de capital financeiro para adquirir os alimentos necessários. A Figura 3 “A fome não tem idade”, que está localizada na parede externa do Palquinho em frente a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantil e Seção de Moradia, denuncia que os estudantes estão de alguma forma passando fome. Talvez essas pichações que estão no campus devem receber um olhar mais atento, principalmente na temática permanência estudantil, principalmente porque esses órgãos são um dos responsáveis pela permanência estudantil.

O transporte também está relacionado com o capital financeiro. No campus São Carlos UFSCar os estudantes não têm auxílio – bolsa transporte, o que também é mais uma barreira encontrada por eles. Além disso, os estudantes que vivem em regiões afastadas da universidade e dependem do serviço público encontram dificuldades, devido a atrasos dos serviços fornecidos pela empresa de ônibus, em consequência atraso para chegar no horário das aulas e em algumas situações

implicam em uma relação hostil entre estudante e professor, visto que alguns docentes não aceitam o atraso.

Os fatores inclusão digital, cultura, esporte, creche estão relacionados com a estrutura física da universidade, isto é a oferta de espaços com qualidade para os estudantes. A inclusão digital e a cultura, ao nosso ver, estão relacionadas com o lazer e com a formação dos estudantes, os quais podem ter acesso aos ambientes como biblioteca, salas e laboratórios de qualidade e atualizados para a sua formação social-política e profissional. Do mesmo modo, cultura e esporte com a possibilidade de os estudantes encontrarem ambientes, na própria universidade, que proporcionem seu lazer. Quando a universidade possui creche infantil, é uma forma de garantir aos discentes educação e cuidado aos seus filhos, assim como tempo para seu estudo, sem se preocupar com as responsabilidades da maternidade e/ou paternidade.

Os fatores atenção à saúde, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, ao nosso ver, estão relacionados com a estrutura física e humana da universidade. Quando a instituição possui essas estruturas para apoio pedagógico, nos parece, que ela

está conectada com todas as instâncias do ensino, isto é, ela consegue orientar tanto os professores e alunos: os professores com o apoio para lidar com os discentes que passam por alguma dificuldade, na aprendizagem, na organização de sua rotina de estudos, etc.; os discentes com ajuda psicológica e organizacional, como: assistência em saúde, para auxiliar em problemas de interação social, neurológicos – ansiedade, medo, vícios, depressão, entre outros, e assistência organizacional para administrar seus estudos. Como se observa na fala do entrevistado “G”:

. . . eu comencei a ter [dificuldade] quando eu ingressei na Universidade. . . lidar com as situações das questões de nota, prova, muitas coisas para fazer que acabam afetando a minha, meu psicológico. . . A gente tem que . . . passar nas disciplinas. Ai, a pressão de passar nas disciplinas. Ai, a pressão psicológica de se formar. Então, eu acho que os problemas de saúde psicológica acaba afetando e muito na saúde física, na saúde física . . . (Entrevistado “G”, 2017).

Assim, os órgãos de apoio pedagógico e assistência em saúde também podem auxiliar por meio da formação continuada os professores e servidores administrativos, entre outros, para lidar com a diversidade populacional que adentrou na universidade. A formação continuada pode ser realizada por

diversos instrumentos, apontamos as rodas de conversas, para toda comunidade, para trabalhar democraticamente com temáticas que auxiliem na melhoria do funcionamento da universidade – no ensino e nas relações sociais, como combate ao preconceito, intolerância e discriminação: étnico-racial, religiosa, à diversidade, de gênero, sexual, deficiência física e/ou intelectual.

Desse modo, sinalizamos que o funcionamento da universidade acontece por existirem alunos e funcionários na instituição de ensino presencial e à distância. Porém, com os cortes nos investimentos públicos e o fator crise de legitimidade, o número de funcionários está defasado diante as demandas exigidas e as condições de trabalhos estão mínimas, ou seja, há um mal-estar nos funcionários, principalmente dos docentes devido à alta produtividade exigida à universidade.

Diante disso, os professores muitas vezes se dedicam muito mais em pesquisas, enquanto que o ensino e a extensão não são desenvolvidos da mesma forma. E isso impacta na formação dos alunos, pois todos possuem bagagens culturais diferentes, e quando uma disciplina é estruturada de forma que os discentes tenham o mesmo grau de conhecimento – o que eles não têm – ou de uma forma que apenas o professor entenda, de fato, não é concretizado o

ensino, por isso que muitos professores recebem o rótulo de não possuir didática.

Ressaltamos que, a universidade deve investir em formação continuada aos professores tanto na área específica de sua pesquisa quanto na docência e formação humana. Uma vez que a formação dos alunos é realizada de forma social-política em conselhos universitários, diretório central dos estudantes, centro acadêmico, extensão universitária, movimentos sociais, coletivos, profissionais nos programas de estudos, núcleos de estudos, pesquisas e extensão universitária, entre outros, nos quais os professores estão presentes.

Em suma, vamos ao encontro de Campos (2015) em que a universidade precisa superar: as práticas pedagógicas, a infraestrutura dos campi; os currículos, os projetos políticos pedagógicos que são voltadas às classes elitizadas; assim como precisa criar setores apropriados à permanência estudantil, ações afirmativas e afins; etc. Para que desse modo, exista de fato, uma universidade inclusiva que garanta a permanência estudantil e onde os discentes se sintam seguros para desenvolver da melhor forma a sua formação social-política e profissional.

Conclusões

A investigação possibilitou conhecer o fenômeno permanência

estudantil e os atos políticos de resistência dos discentes na universidade. Os procedimentos metodológicos permitiram identificar e analisar os principais fatores de dificuldade de permanência, assim como ouvir, respeitar e empoderar as vozes dos principais protagonistas – os estudantes, que lutam para permanecer na universidade.

As análises dos dados demonstram que a “. . . diversidade populacional que adentrou a universidade e que se traduz por meio de culturas, saberes, conhecimentos, costumes, religiões, gênero, escolha sexual, etnias, etc . . .” (Campos, 2015, p. 18) vivenciam, principalmente, dificuldades de permanência como a ausência de capital financeiro – este que pode proporcionar, auxiliar e facilitar a vida deles – e o sofrimento de discriminações e/ou preconceitos por parte de discentes, docentes, servidores administrativos, entre outros.

Parece-nos, que apesar de tudo o que foi pensado e criado para a recepção e permanência dos estudantes, as ações ainda são medidas paliativas porque efetivamente continua-se a verificar no interior das universidades uma população cada vez mais dependente dos mecanismos tradicionais da universidade do passado: que insistem em aulas expositivas – metodologia tradicional; despreparo do atuar docente e

administrativo para lidar com a diversidade e com alunos com ensino frágil – dificuldade de aprendizagem e/ou despreparo escolar, fora do padrão normativo heterossexual/branco/classe média, que possuem dupla ou tripla jornada de atividades – estudante que é trabalhador, pai e/ou mãe, alunos com problemas psicológicos-emocionais – ansiosos, depressivos; com dificuldade em receber os alunos com deficiência, intelectual ou corporal, de atuar diretamente com os preconceitos, discriminações e intolerância: étnico-racial, refugiados, religioso, diversidade sexual, inclusão e acessibilidade, no ambiente acadêmico; com mecanismo acadêmico excludente para obtenção de bolsas de estudos como iniciação científica, projetos de extensão, entre outros.

Essa percepção nos faz refletir que todo o planejamento para a expansão e democratização do Ensino Superior ao invés de incluir os alunos de classes populares, ingressos por reserva de vagas – cotas sociais ou racial, os excluem, pois não há um preparo adequado para a recepção dos alunos pela comunidade que compõe a Universidade, sendo desde o ingresso no campus – momento de matrícula, até a socialização do espaço universitário – salas de aula, laboratórios, centro acadêmico, secretária e departamento do curso, reitoria, diretório

central dos estudantes, restaurante universitário, biblioteca e os demais espaços que fazem e constitui a Universidade.

Estas ações e os dados encontrados no estudo fazem parte da metodologia opressora e não democrática embutida nos atos de governança neoliberalista na instituição. Constatamos também que, a crise de hegemonia, crise institucional e crise de legitimidade (Campos, 2015; Santos, 2012) intensificam e impactam diretamente na permanência das universidades públicas devido às demandas do neocapitalismo.

Assim, identificar os principais fatores de dificuldades de permanência dos estudantes na universidade pode auxiliar e orientar os órgãos responsáveis pela permanência estudantil nos serviços de acolhimento e permanência. Nesse sentido, acreditamos ser importante destacar que este artigo evidencia as dificuldades de permanência dos estudantes por meio de falas e pichações, também representa mais um estudo significativo do fenômeno permanência e que colabora nas futuras pesquisas que intersectam a temática, pois pode ser um ponto de partida para o aprofundamento da problemática, visto que as dificuldades de permanência estudantil universitária são muitas e mudam constantemente, necessitando assim, de atualização.

Bibliografía

Alves, A. J. (1991, maio). O planejamento da pesquisa qualitativa e educação. *Caderno de Pesquisa*, 53-61. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042/1050>

Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Campos, D. A. de. (2015). *Colonialismo, Democracia e a Formação no Ensino Superior: a participação política dos alunos nas comunidades acadêmicas nas Universidades Públicas* (Tese de pós-doutorado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Minayo, M. C. de S. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. M. C. de S. Minayo., S. F. Deslandes., & R. Gomes. (Orgs), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (28ed., pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In B. de S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs), *Epistemologias do Sul* (pp. 84-130.) São Paulo: Cortez.

Santos, B. de S., & Meneses, M. P (Orgs.). (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Santos, B. de S. (2012). La universidad em el siglo XXI. Para una reforma democrática y emancipadora de la universidad. In R, Ramírez (Coord.), *Transformar La Universidad para Transformar la Sociedad* (2 ed., pp. 139-194). Quito, Ecuador: Senescyt, Recuperado de http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La%20universidad%20en%20el%20siglo%20XXI_2012.pdf

Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>

Universidade Federal de São Carlos (2017). *A UFSCar*. Recuperado em 10 janeiro, 2017 de <http://www.calourada.ufscar.br/a-ufscar>

Agradecimentos

À Universidade Federal de São Carlos, aos colegas universitários e participantes da pesquisa, aos meus orientadores, à minha família.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.